

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública

Reunião de concertação

Assunto: Concertação da Proposta do PDM de Odivelas para Discussão Pública (entidades representadas CMO; CCDR-LVT)	Local	CCDR-LVT - Lisboa
	Data	12-03-2013
	Hora	10.30

Ordem de Trabalhos

1. Planta de Classificação Zonal do Ruído:
 - a) Compatibilização da classificação zonal do ruído na zona da costeira;
 - b) Aplicação do RGR nas áreas de conflito em solo urbano.
2. Ponto de situação sobre informação atualizada da avaliação do ruído global nas GIT.
3. Definir critérios para exclusões da REN na zona da costeira.
4. Esclarecimentos sobre a operacionalização do processo técnico e articulação entre CMO e CCDR-LVT com vista à formulação da Proposta de REN Final a submeter à CNREN.
5. Outras informações.



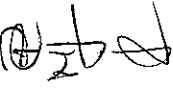
Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
Ponto 1	<p>a) A CMO apresentou uma nova versão da Planta de Ordenamento – Usos do Solo onde retirou as Áreas de Interesse Público (AIP) destinadas a áreas de lazer nas zonas das costeiras e associadas às áreas urbanas a reconverter bem como uma nova versão da Planta de Ordenamento - Classificação Zonal do Ruído que, em correspondência à primeira, as zonas das referidas AIP deixavam de ser Zona Mista para ser Zona Indiferenciada e, assim, evitar as situações de conflito de ruído. Apresentou a proposta de que as áreas de lazer passassem a constituir um uso compatível, o qual seria referenciado no regulamento.</p> <p>b) A CCDR referiu que, do ponto de vista acústico, a proposta era semelhante à apresentada na reunião anterior, a qual tinha merecido a discordância da CCDR. Voltou a sugerir a criação de uma categoria específica de espaço para lazer, atendendo a que está em causa a criação de um parque urbano.</p> <p>c) A CCDR alertou para a necessidade de ter em atenção o</p>	<p>a) Considerando que o RGR impede a criação de áreas de lazer em zona de conflito, as desconformidades com este diploma devem ser assumidas, sem prejuízo de, em caso de manifesta ausência de alternativas de localização com vista a suprir carências complementares a espaços urbanizados legais ou a legalizar, o município deva fundamentar devidamente as mesmas e acautelar as necessárias medidas de prevenção, não agravando as situações verificadas atualmente e implementando medidas e de redução dos conflitos de ruído.</p> <p>b) De todo o modo, a CMO deverá proceder à reponderação da proposta de ordenamento, verificando a</p>		

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública

Pág. 2 / 6

Reunião de concertação

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
	<p>parecer emitido em Novembro de 2012, uma vez que, de momento, apenas se especificava a situação das áreas de lazer quando a CM deveria reponderar a proposta em função do mapa de ruído atualizado (relativamente às novas fontes sonoras mas também relativamente às existentes).</p> <p>d) Relativamente à zona de costeira, a CCDRLVT declarou que, se efetivamente a estratégia municipal tem em vista a reconversão daquelas áreas e dotá-las dos equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva por via de PMOT, deve o PDM expressar essa mesma estratégia para, desde logo, adequar a gestão do território e a avaliação das condicionantes aplicáveis aos respetivos objetivos, remetendo para o PMOT a adequada distribuição dos usos do solo em função das fontes sonoras existentes e previstas.</p> <p>e) No caso das áreas de lazer a propor junto ao IC17, relativamente às quais a CMO alertou para a inexistência de alternativas viáveis, a CCDR referiu que deverá evitar-se a localização de espaços de lazer em zonas de conflito mas que, na manifesta impossibilidade de o fazer, deverá a CMO fundamentar essa situação, no RFOP. Nesta situação, a proposta será avaliada de um ponto de vista global, ponderando os diversos fatores em causa. Salientou que, para tal, se afigurava essencial a atualização do mapa de ruído.</p> <p>f) Relativamente à verificação, em geral, da existência de áreas urbanizadas ou urbanizáveis em zonas onde se verificam níveis de ruído conflitantes com o RGR, a CMO informou que, após ter procedido a nova conferência, a proposta não contém espaços centrais, residenciais ou verdes urbanizáveis em zonas de conflito, à exceção de uma área na zona do Parque do Silvano, mas a qual constitui a completagem daquele parque urbano já existente. Apenas se verificam em zonas de conflito de ruído alguns espaços urbanizados consolidados legais confinantes com determinadas GIT, designadamente no IC17, IC22, A8 e IC-A9 e,</p>	<p>localização das áreas de lazer, bem como de outros usos sensíveis que possam estar em zona de conflito. Para isso deverá, complementarmente ao PDM, atualizar a informação sobre níveis de ruído associados às GIT e integrá-la no mapa de ruído, avançar desde logo na elaboração do Mapa Estratégico do Ruído e Plano de Ação.</p> <p>c) A CCDRLVT reserva a sua posição sobre estas opções para apreciação em sede da versão intercalar de concertação da proposta do plano, previamente à discussão pública.</p>		

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública

Pág. 3 / 6

Reunião de concertação

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
	<p>obviamente, os espaços urbanizados a reestruturar das costeiras conforme referido na alínea anterior. Quanto aos espaços urbanizados legais em zonas de conflito, em regra, trata-se de espaços consolidados já à data da construção das ditas GIT pelo que, na presente proposta de PDM, procuram-se adotar mecanismos de gestão para prevenir o agravamento e promover a redução dos níveis de ruído que se verificam acima dos parâmetros do RGR. Para esse efeito a CMO informou ter reforçado o regulamento com normas mais explícitas no âmbito da gestão operativa, onde as novas operações urbanísticas são escrutinadas por prévia avaliação acústica e medidas de redução ou proteção do ruído, no âmbito do RGR, contando com a programação de medidas e com os instrumentos auxiliares de gestão territorial como seja a referenciação geográfica das áreas de conflito na Planta Indicativa de Execução – Programação e Execução Urbanística. A representação da CCDRLVT reserva uma tomada de posição para apreciação em sede da versão intercalar de concertação da proposta do plano, conforme já foi anteriormente acordado.</p> <p>g) A CCDR salientou para a necessidade de recorrer às entidades gestoras das infraestruturas de transporte, não só para a atualização do mapa de ruído, mas também para que estas validem as opções de ordenamento, nomeadamente a localização de Zonas Sensíveis na área de influência acústica destas fontes sonoras (a título de exemplo, foi referida a Escola Agrícola da Paiã).</p>			
Ponto 2	<p>A CMO informou que efetuou contactos com a EP- Estradas de Portugal solicitando os dados que possam ser disponibilizados com vista a atualizar a informação sobre o ruído global verificado com origem nas GIT que atravessem o município de Odivelas, a fim de se poder atualizar os mapas de ruído e diagnosticar os conflitos de forma mais atualizada. A EP entretanto respondeu preliminarmente informando que iria processar o pedido.</p>	<p>Aguarda-se resposta efetiva da EP, em tempo útil, relativamente ao fornecimento de dados sobre ruído global das GIT para integração nos estudos de caracterização territorial do plano.</p>		




Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública

Pág. 4 / 6

Reunião de concertação

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
Ponto 3	<p>Com vista a clarificar os critérios fundamentais para as propostas de exclusão da REN, dentro da Área Sujeita a PMOT Local Subsequente ao PDM a CMO informou que, tendo por referência a Planta de Ordenamento – Usos do Solo, iria manter as propostas de exclusão, nos espaços urbanizados consolidados ou e legais, exceto os espaços verdes, não apresentando propostas de exclusão para os espaços urbanizados a reestruturar, como acordado.</p> <p>A CCDRLVT concorda com os critérios enunciados pela CMO, reservando a sua tomada de decisão, caso a caso, em sede da discussão da delimitação da REN Final, previamente à apresentação da mesma à CNREN.</p>	<p>A versão intercalar de concertação a apresentar pela CMO não deverá fazer propostas de exclusão nos espaços urbanizados a reestruturar situados na Área Sujeita a PMOT Local Subsequente ao PDM, sendo esta situação especial enquadrada regulamentariamente com base no regime ou estatuto de Manutenção Condicionada a que aqueles espaços ficam sujeitos.</p>		
Ponto 4	<p>A CMO solicitou esclarecimentos quanto ao modo de proceder e articular com a CCDRLVT no sentido de ser preparada e entregue a proposta de REN Final para posterior submissão à CNREN.</p> <p>A CCDRLVT informou que, antes da formalização da Proposta de REN a submeter à CNREN, deve a CCDRLVT tomar posição formal sobre uma versão intercalar da proposta de ordenamento do PDM para assegurar maior consistência de critérios para a discussão da REN Final.</p>	<p>Ficou acordado que a CMO fará a entrega, se possível até final de março, de uma versão intercalar de concertação dos elementos determinantes para uma apreciação das opções de ordenamento do PDM e de delimitação da REN Final. Desses elementos deverão fazer parte: regulamento, plantas de ordenamento e de condicionantes e as atas de reunião de concertação efetuadas sobre a matéria bem como extratos do relatório de fundamentação essenciais para justificar a proposta de REN e de Ordenamento, nomeadamente as questões que se prendem com o solo urbano e a expansão deste. Deve ainda a CMO entregar uma grelha relativa à fase de concertação onde indique para cada comentário da CCDRLVT a opção adoptada.</p>		



 P. / IL

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública

Pág. 5 / 6

Reunião de concertação

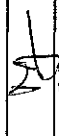

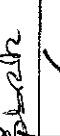




Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
Ponto 5	<p>A CMO questionou a CCDRLVT sobre um parecer desfavorável, no âmbito do regime jurídico da REN, relativamente a um projeto de reconversão de um conjunto de bairros (Borrageiro, Encosta da Eira) inseridos em AUGI delimitada ao abrigo da Lei 91/95.</p> <p>A CCDRLVT informou que o parecer desfavorável se fundamenta no facto de a AUGI se situar em área identificada nos estudos da REN com elevado risco de Instabilidade Potencial de Vertente no qual a CCDRLVT se pronunciou desfavoravelmente à exclusão no âmbito do processo de delimitação da REN a decorrer no âmbito da elaboração do PDM. Deste modo é entendimento da CCDRLVT que esta situação deve ser avaliada nesse quadro processual.</p> <p>A CMO alegou que o projeto geral de reconversão da AUGI está dotado de estudo geológico-geotécnico e que, assim sendo, desde de que se verifique conformidade com a proposta de reconversão apresentada, nos termos regulamentares do PDM em vigor, há condições para a viabilização e licenciamento do projeto de reconversão, não sendo possível aguardar pela aprovação e publicação do novo PDM sob pena de expirar o prazo legal para a CMO poder emitir os títulos de reconversão daquela AUGI.</p> <p>A CCDRLVT esclareceu que o processo de reconversão da AUGI poderá avançar logo que no processo de delimitação da REN esteja concertada a opção quanto à exclusão da REN naquela AUGI e, então, a CCDRLVT prestará parecer ao projeto de reconversão em consonância. Contudo, é necessário que o estudo geológico-geotécnico seja conclusivo relativamente às questões de segurança e estabilidade geotécnica.</p>	<p>A CMO procederá de modo a que o estudo geológico-geotécnico é concreto e objetivo relativamente às condições de segurança geotécnica na ocupação urbana da área em questão.</p> <p>Mediante as condições atrás referidas, a CMO poderá propor a exclusão da REN do estritamente necessário naquela área e a CCDRLVT emitirá parecer aos projetos de reconversão da AUGI, em consonância com a sua posição em sede de REN municipal.</p>		

[Handwritten signatures and initials]

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública

Reunião de concertação

Pág. 6 / 6

Nome	Entidade	Contacto Telefónico e/ou Eletrónico	Rubrica
Marta Alvarenga	CCDRLVT		
Isabel Rodrigues	CCDRLVT		
Patrícia Cabrita	CCDRLVT		
António Sousa	C.M.Odivelas		
Florinda Lixa	C.M.Odivelas		
Luís Grave	C.M.Odivelas		
Carlos Santos	C.M.Odivelas		
Teresa Rego	C.M.Odivelas		